

---

# **INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS - IFRS: PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE SOBRE A NOVA CONTABILIDADE E O IMPACTO DESSA NA CONTROLADORIA**

---

## **INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS - IFRS: THE PERCEPTION OF THE ACCOUNTING PROFESSIONALS ON THE NEW ACCOUNTING AND ITS IMPACT IN CONTROLLING**

---

### ***Daiane Giarola Maia***

*Universidade Federal de São João del Rei - UFSJ*  
*Endereço: Avenida Visconde do Rio Preto, SNº - Km*  
*02 - Bairro Colonia do Marçal - São João del*  
*Rei/MG*  
*CEP: 36301-360*  
*Telefone: (32) 3379-2355*  
*E-mail: [daianegiarolamaia@yahoo.com.br](mailto:daianegiarolamaia@yahoo.com.br)*

### ***Pablo Luiz Martins***

*Universidade Federal de São João del Rei - UFSJ*  
*Endereço: Avenida Visconde do Rio Preto, SNº - Km*  
*02 - Bairro Colonia do Marçal - São João del*  
*Rei/MG*  
*CEP: 36301-360*  
*Telefone: (32) 3379-2355*  
*E-mail: [pablo@ufsj.edu.br](mailto:pablo@ufsj.edu.br)*

*Recebido: 18/11/2013 2ª versão: 16/04/2014*

*Aprovado: 28/03/2014 Publicado: 30/04/2014*

---

## **RESUMO**

O objetivo deste estudo foi verificar a percepção dos profissionais de contabilidade sobre as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) e o impacto dela na controladoria. Para isso, optou-se pelo método de estudo de caso, no qual foi aplicado um questionário de múltipla resposta aos profissionais de contabilidade da cidade de São João del-Rei, e cujo resultado foi analisado quanti-qualitativamente. A elaboração e a análise desse questionário foram fundamentadas nos trabalhos de Brito *et al* (2001), Cantelli e Dornelles (1997), Cantelli (2001) e Antunes *et al.* (2012) sobre o tema. Assim, esse artigo encontra-se estruturado em cinco tópicos. O primeiro consiste na introdução da questão norteadora deste estudo, enquanto o segundo apresenta o referencial teórico e o terceiro descreve a metodologia adotada. O quarto expõe os dados e resultados obtidos nos questionários, através de gráficos e de uma análise descritiva dos mesmos. E, finalmente, o quinto tópico traz algumas considerações e

conclusões sobre a pesquisa realizada. Em geral, observou-se que os contadores de São João del-Rei possuem uma percepção boa em relação as novas mudanças ocorridas com a IFRS.

**Palavras Chave:** Convergência Contábil; IFRS; Controladoria; Profissionais Contábeis.

## **ABSTRACT**

---

*The aim of this study was to ascertain the perception of accounting professionals on International Accounting Standards (International Financial Reporting Standards – IFRS) and its impact in controlling. To this end, the method of case study was used, by applying a multiple-choice questionnaire to accounting professionals in São João del-Rei, the result of which was analyzed quantitatively and qualitatively. The preparation and analysis of such questionnaire were based on the works of Brito et al (2001), Cantelli Dornelles (1997), Cantelli (2001) and Antunes et al. (2012) on the topic. Thus, this paper is divided into five topics. The first is the introduction of the guiding question of this study, whereas the second presents the theoretical framework and the third describes the methodology adopted. The fourth topic exposes the data and results obtained from the questionnaires through charts and descriptive analysis; and finally, the fifth one provides some considerations and conclusions about the survey conducted. In general, it was observed that the accountants of São João del-Rei have a good perception of the new changes related to the IFRS.*

**Keywords:** Accounting Convergence; IFRS; Controlling; Accounting Professionals.

## **1. INTRODUÇÃO**

A globalização da contabilidade está inserida em um contexto da globalização da economia mundial, em termos principalmente de captações de recursos internacionais e de redução das barreiras comerciais entre as nações. Porém, a contabilidade tem sido questionada nos últimos anos, em razão de uma mesma transação poder ser registrada de forma diferente, dependendo do país, o que ocasiona impactos diferentes nas contas patrimoniais e nas contas de resultado.

Assim a contabilidade passou a ter a responsabilidade e a necessidade de evidenciar suas demonstrações contábeis e conversões financeiras de forma clara e objetiva para o entendimento, compreensão e confiabilidade maior das informações, mostrando a realidade empresarial aos usuários e gestores que possam através destas ter uma visão mais ampla para as tomadas de decisão.

Com as normas internacionais de contabilidade, espera-se que as demonstrações contábeis sejam mais transparentes e confiáveis aos usuários de outras sociedades que têm participações de investimentos em empresas diferentes. Partindo desse contexto, este trabalho tem como objetivo principal verificar a percepção dos profissionais de contabilidade sobre o a nova contabilidade e o impacto dessa na controladoria.

De modo a reunir os elementos para abordar satisfatoriamente o objetivo proposto, este trabalho foi organizado em quatro tópicos além desta introdução. No segundo tópico, elucidam-se o referencial teórico que tratará sobre a evolução da contabilidade, a controladoria, *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e as mudanças dessa. No terceiro tópico, são tratados os métodos adotados para a realização do trabalho. No quarto tópico são apresentados os resultados e discussões, cujo foco recai na análise das variáveis a partir do objetivo proposto. As considerações finais e conclusão são apresentadas no quinto tópico, seguidas das referências bibliográficas.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Evoluções da Contabilidade

A contabilidade surgiu da necessidade de controle de patrimônio, sendo que os primeiros vestígios de contabilidade foram feitos manualmente por: desenhos, pedras e símbolos. O mundo foi mudando e a profissão contábil também. Hoje, computadores juntamente com sistemas integrados são à base dos registros contábeis de adaptação do profissional às ferramentas de trabalho, aos conceitos e à postura profissional, de acordo com a necessidade atual das empresas e com a lei estabelecida no país.

Com a globalização, surgiu a necessidade de demonstrações financeiras que possam ser compreendidas pelos usuários de outros mercados e que sejam transparentes, comparáveis e fidedignas. Assim, notamos a importância e existência de uma transformação na profissão contábil, que evidencia a importância desse profissional dentro de uma organização. Passando assim a aderir ao padrão internacional, ao lado de países da União Europeia, China, Rússia, Hong Kong, África do Sul e Austrália.

Quanto maior a transparência, clareza e compreensibilidade das informações financeiras das empresas, qualidade primordiais às boas práticas de governança corporativa, menor será o risco percebido por um investidor à sua aplicação de recursos e menor será o retorno exigido para o seu investimento, em benefício da redução do custo de capital das empresas.

Neste contexto foi criado o *International Accounting Standards Board* (IASB), passando assim a publicar uma série de pronunciamentos, as normas que passaram a ser consideradas como padrões contábeis internacionais, denominadas de *International Financial Reporting Standards* (IFRS), traduzidas no Brasil como Normas Internacionais de Contabilidade, e adotadas como base o corpo de normas emitidas pelo IASC, conhecidas como IAS - *International Accounting Standards*.

### 2.2 Controladoria

A controladoria, de acordo com os autores Brito *et al.* (2001, p.344), não pode ser vista como um método, voltado ao como fazer, mas sim, devemos cindi-la em dois vértices: o primeiro como o ramo do conhecimento responsável pelo estabelecimento de toda a base conceitual e o segundo como o órgão administrativo respondendo pela disseminação de conhecimento, modelagem e implantação de sistemas de informações.

A missão da controladoria é assegurar a otimização do resultado econômico da Organização. Segundo Cantelli e Dornelles (1997, p.11), os objetivos da Controladoria, tendo em vista a missão estabelecida são:

- Promoção da eficácia organizacional;
- Viabilidade da gestão econômica;
- Promoção da integração das áreas de responsabilidade.

Isso significa obter resultados econômicos de acordo com as metas e condições estabelecidas, tudo isso decorre das decisões que são tomadas sob a ótica de gestão econômica em um enfoque de abordagem sistêmica.

A controladoria tem inúmeras funções como subsidiar o processo de gestão, apoiar na avaliação de desempenho, apoiar a avaliação de resultado, gerir os sistemas de informações e atender aos agentes do mercado. Assim, é de suma importância que a execução das atividades seja feita de tal forma que haja

condição para o desempenho das funções. “A controladoria, na execução de suas atividades, deve-se utilizar-se de dois instrumentos fundamentais: Processo de Gestão e Sistemas de Informações.” (CANTELLI, 2001, p.7)

Para o processo de gestão, devem-se seguir três etapas: (i) planejamento estratégico, operacional e programação; (ii) execução; (iii) e controle. Já para os sistemas de informação, a controladoria estará disponibilizando um sistema de informações gerenciais, o qual terá subsistemas que serão modelados e construídos com base em conceitos econômicos. (CANTELLI, 2001, p.8)

Assim, para se dizer que para a controladoria ser eficaz em sua missão, ele dependerá fundamentalmente da sua cultura organizacional, em função de suas crenças e valores, sendo assim definido o Modelo de Gestão que estabelecerá a maneira como a empresa será conduzida.

### **2.3 *International Financial Reporting Standards (IFRS)***

As normas internacionais de contabilidade (em inglês *International Financial Reporting Standards* - IFRS) são um conjunto de pronunciamentos de contabilidade internacionais publicados e revisados pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As normas IFRS foram criadas em 21 de setembro de 2003 na União Europeia e tinha o objetivo de harmonizar as demonstrações financeiras consolidadas e publicadas pelas empresas abertas europeias. A iniciativa foi internacionalmente acolhida pela comunidade financeira. Atualmente vários países, inclusive o Brasil, têm projetos oficiais de convergência das normas contábeis locais para as normas IFRS.

No Brasil, o governo federal deu o primeiro passo ao alterar a Lei 6.404/76 (Lei das S/A) pela 11.638/07 e 11.941/09, porém, o órgão responsável pela regulamentação das práticas e princípios contábeis no país é o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que emite as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), que por sua vez, tem força de Lei federal. Com isso foi criado os CPC's pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

O CPC nasceu pelos esforços de seis destacadas entidades: CFC, IBRACON, Fipecafi, Bovespa, Apimec e Abrasca e representa a perspectiva de importantes avanços no caminho da atualização e da modernização de normas e preceitos contábeis. Em função de:

- convergência internacional das normas contábeis (redução de custo de elaboração de relatórios contábeis, redução de riscos e custo nas análises e decisões, redução de custo de capital);
- centralização na emissão de normas dessa natureza (no Brasil, diversas entidades o fazem);
- representação e processo democráticos na produção dessas informações (produtores da informação contábil, auditor, usuário, intermediário, academia, governo).

Historicamente, o CPC resulta da abertura da economia brasileira para o exterior, fato que colocou nossas empresas em contato direto com economias mais avançadas, inclusive com títulos negociados nas bolsas de maior movimento no mundo, e ao alcance dos investidores sediados em outros países.

Em consequência, ficou muito claro que a diversidade de práticas contábeis entre as diversas economias representava um significativo custo extra e uma dificuldade a mais para a indispensável troca de informações e a convergência para as normas internacionais. Essa questão, aliás, não se apresentou apenas para nós, mas também para as economias da Europa e dos Estados Unidos que, pelas mesmas razões, buscam uma maneira de compartilhar normas e procedimentos contábeis.

A necessidade, portanto, de harmonização das normas contábeis passou a fazer parte das preocupações dos principais organismos envolvidos com tais assuntos - como o Conselho Federal de Contabilidade, o IBRACON e a Comissão de Valores Mobiliários - dos quais resultou uma série de medidas já em andamento.

Criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, o CPC tem como objetivo "o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais".

### **2.3.1 Mudanças ocorridas com as IFRS**

O processo de harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais (IFRS) trouxe algumas consequências, as Leis 11.638/07 e 11.941/09 introduziram alterações na Lei 6.404/76, modificando o conjunto de demonstrações contábeis a ser elaborado pelas empresas.

A elaboração da demonstração das origens e aplicações de recursos deixou de ser obrigatória, mas passou a ser exigida a demonstração dos fluxos de caixa. O conjunto completo de demonstrações contábeis exigidas atualmente, conforme o Pronunciamento CPC 26, relativo à apresentação dessas demonstrações, são:

- Balanço patrimonial (BP) ao fim do período;
- Demonstração do resultado (DRE) do período;
- Demonstração do resultado abrangente (DRA) do período;
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) do período;
- Demonstração dos fluxos de caixa (DFC) do período;
- Demonstração do valor adicionado (DVA) do período, se exigida legalmente ou por algum órgão regulador, ou mesmo se apresentada voluntariamente;
- Notas explicativas (NE), compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias;
- Balanço patrimonial no início do período mais antigo comparativamente apresentado quando a entidade aplica uma política contábil retroativamente, ou procede à reapresentação de itens das demonstrações contábeis. Ou, ainda, quando procede à reclassificação de itens de suas demonstrações contábeis. Entende-se, assim, que, em relação ao conjunto de demonstrações contábeis exigidas, substancialmente as modificações foram a dispensa de elaboração das origens e aplicações de recursos (Doar) e a necessidade de elaboração da DFC e da DVA.

Outra mudança é a obrigatoriedade de auditoria das demonstrações contábeis elaboradas pelas empresas de grande porte, assim consideradas aquelas que tiverem receita bruta anual acima de R\$ 300 milhões ou ativo total superior a R\$ 240 milhões. Infelizmente, por motivo de veto do presidente da República, essas empresas não estão obrigadas a publicar suas demonstrações contábeis, o que prejudica a análise dessas empresas pelos usuários externos da contabilidade.

Em decorrência das novas práticas contábeis, é necessária a divulgação de várias informações em notas explicativas que anteriormente não eram exigidas, aumentando, assim, o conteúdo informacional desse relatório. Por exemplo, na constituição da redução ao valor recuperável de ativo, a empresa deve divulgar o valor da perda por desvalorizações reconhecidas no resultado durante o período e o valor das respectivas reversões dessas perdas, bem como o valor de perdas por desvalorizações em ativos reavaliados reconhecido diretamente no patrimônio líquido e o respectivo valor das reversões dessas perdas (ANTUNES, GRECCO, FORMIGONI E MENDONÇA NETO, 2012, p. 5-19).

No caso de registro de bens, dos quais a empresa não tenha a sua propriedade, mas tenha o seu controle, usufruindo substancialmente dos benefícios e arcando com os custos decorrentes da sua utilização (como é o caso dos bens sob arrendamento mercantil financeiro), é necessário que a empresa divulgue, por exemplo, o valor contábil líquido ao fim do período para cada categoria de ativo, e a conciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos do arrendamento mercantil ao fim do período e o seu valor presente.

Além disso, a entidade deve divulgar o total dos futuros pagamentos mínimos do arrendamento mercantil ao fim do período, e o seu valor presente para cada período (até um ano, mais de um ano e até cinco anos, mais de cinco anos); e divulgar, também, os pagamentos contingentes reconhecidos como despesa durante o período.

Em relação aos benefícios a empregados, as novas práticas determinam a divulgação de um amplo leque de informações, tais como informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem a natureza dos planos de benefício definido e os efeitos financeiros de alterações nesses planos durante o período; informações sobre planos de benefícios definidos relativas à política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais; uma descrição geral das características do plano; a conciliação dos saldos de abertura e de fechamento do valor presente da obrigação de benefício definido; análise da obrigação atuarial de benefício definido, identificando os montantes relativos a planos de benefícios sem cobertura e a planos de benefícios parcial ou totalmente cobertos; a conciliação dos saldos de abertura e de fechamento do valor justo dos ativos do plano e de quaisquer direitos de reembolso reconhecidos; a conciliação do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial, dentre outras informações.

Entendemos, assim, que em decorrência das novas práticas contábeis tornou-se imprescindível a divulgação de um maior conteúdo informacional (ANTUNES; GRECCO; FORMIGONI; MENDONÇA NETO, 2012, p. 5-19).

Assim notamos a importância das informações evidenciadas nas notas explicativas. As empresas devem reconhecer mensurar e divulgar nas demonstrações contábeis somente aqueles elementos patrimoniais que atendam aos critérios de reconhecimento de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. No entanto, existem ativos e passivos contingentes que não são reconhecidos, mas que são evidenciados nas notas explicativas.

Um usuário das demonstrações contábeis, em suas análises, deve ajustar as demonstrações contábeis conforme seu perfil e sua aversão aos riscos. Por exemplo, um investidor arrojado pode ajustar as demonstrações contábeis levando em conta os ativos contingentes, que não foram reconhecidos, mas que estejam evidenciados em notas explicativas. Por outro lado, um investidor conservador pode ajustar as demonstrações contábeis considerando os passivos contingentes como efetivamente não reconhecidos, aumentando a segurança quanto aos riscos envolvidos em um investimento.

Outras informações em notas explicativas são bastante úteis para os analistas, como o valor justo de propriedades para investimento, cuja entidade tenha optado pela mensuração ao custo. Um analista que queira comparar duas entidades de um mesmo setor, mas que tenham utilizado práticas contábeis diferentes deve efetuar esses ajustes para tornar as demonstrações contábeis dessas entidades mais comparáveis. (ANTUNES; GRECCO; FORMIGONI; MENDONÇA NETO, 2012, p.5-19).

### **3. ASPECTOS METODOLÓGICOS**

O presente trabalho é um estudo de caso, visto que foi analisada a Percepção dos profissionais de Contabilidade sobre o Impacto do IFRS na controladoria através de um questionário que foi aplicado nos escritórios de contabilidade na cidade de São João del-Rei. Segundo Gil (1999, p.54), “um estudo de caso consiste num estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetivos, de maneira eu permita seu amplo e detalhado conhecimento”.

Além disso, é importante destacar que o estudo de caso não é somente uma tática para coletar dados nem meramente uma característica do planejamento em si, mas uma estratégia de pesquisa abrangente. Sua técnica básica é considerar todas as estratégias de maneira pluralística, “como parte de um repertório para se realizar pesquisa em ciências sociais a partir da qual o pesquisador pode estabelecer seu procedimento de acordo com uma determinada situação”. (YIN, 2001, p. 33)

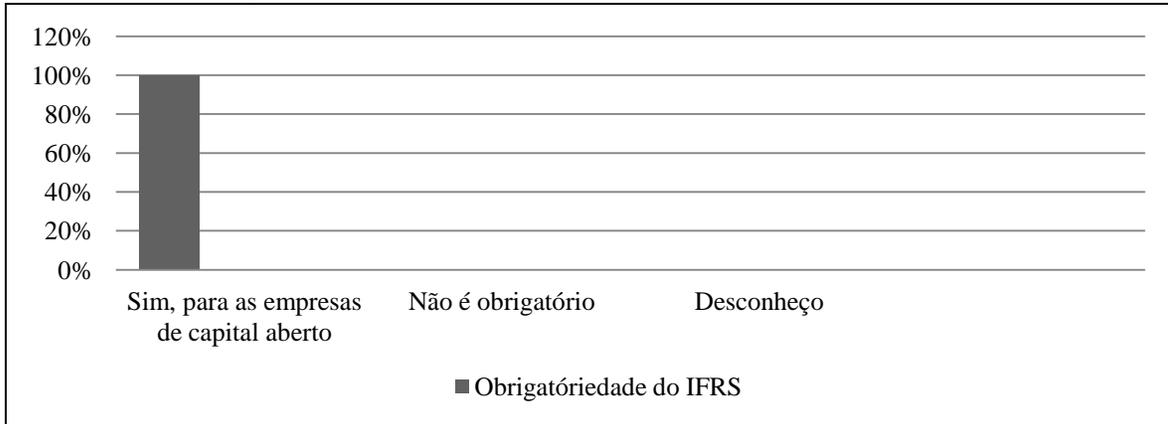
O presente trabalho também utilizou de pesquisa bibliográfica que se deu mediante a coleta de material já elaborado e publicado sobre o tema da pesquisa. A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias externas, teve como principais fontes as publicações em livros, teses, monografias, publicações avulsas e internet, utilizadas, no momento inicial, para identificar a relevância da pesquisa e os trabalhos publicados sobre o tema (MALHOTRA, 2001).

### **4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A seleção dos participantes da pesquisa iniciou-se pelo levantamento junto ao sindicato dos contabilistas de São João del-Rei, onde a maioria dos profissionais contábeis da cidade são sindicalizados. Mediante a aplicação desse critério, foram identificados trinta profissionais contábeis. A eles foi enviado um questionário construído de acordo com as principais mudanças ocorridas com a IFRS, o questionário contava com vinte questões, as quais contavam com três alternativas: uma alternativa correta em relação à pergunta, uma alternativa errada e a alternativa “desconheço”, que mostra o total desconhecimento do profissional à IFRS.

Evidenciou-se pela pesquisa que todos os gestores contábeis da cidade de São João del-Rei sabem e estão cientes de que a IFRS é obrigatória para as empresas de capital aberto, visto que em setembro de 2010, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) divulgou a Instrução nº 485, a qual passou a requerer que as demonstrações financeiras consolidadas das companhias abertas fossem apresentadas conforme IFRS e as normas contábeis brasileiras emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

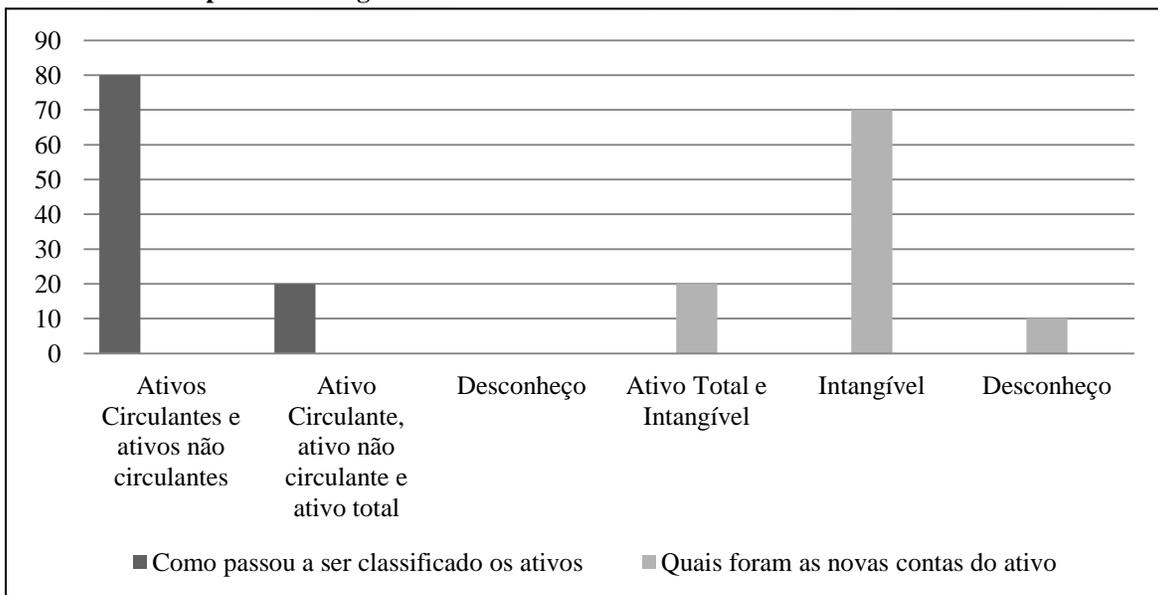
**Gráfico 1- Obrigatoriedade do IFRS**



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Posteriormente, com relação ao prazo para convergência, 60% dos profissionais sabiam que o prazo para convergência começou a partir de 2010 para as empresas que abriram capital até 12/2006 e a partir de 2009 para as empresas que abriram capital após 01/2007.

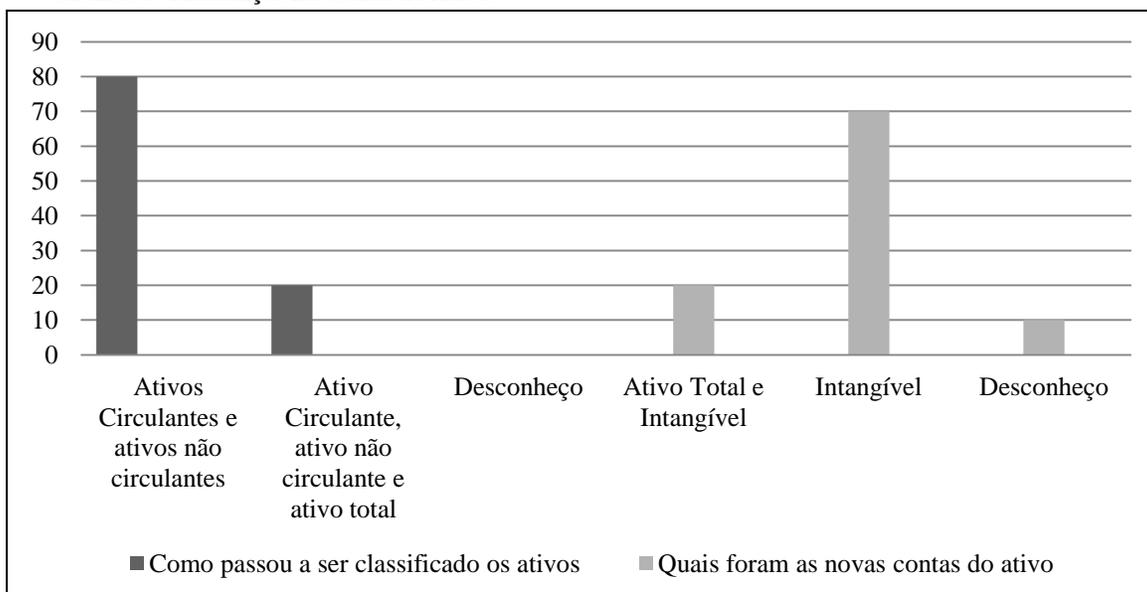
**Gráfico 2- Prazo para a convergência ao IFRS.**



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Na terceira pergunta, foi questionado como passou a serem classificados os ativos e quais foram às novas contas do ativo, evidenciou-se que 80% dos entrevistados responderam corretamente, isto é, que os ativos passaram a serem classificados como ativos circulantes e ativos não circulantes e 70% dos entrevistados respondeu que a nova conta criada no ativo foi a conta intangível. De acordo com as alterações das Leis 11.638/07 e 11.941/09, foi criada uma nova classificação de grupos e subgrupos: circulante e não circulante. Também foi feita a extinção do Ativo permanente e Diferido e como substituição desses, foi incluído o subgrupo Ativo Intangível.

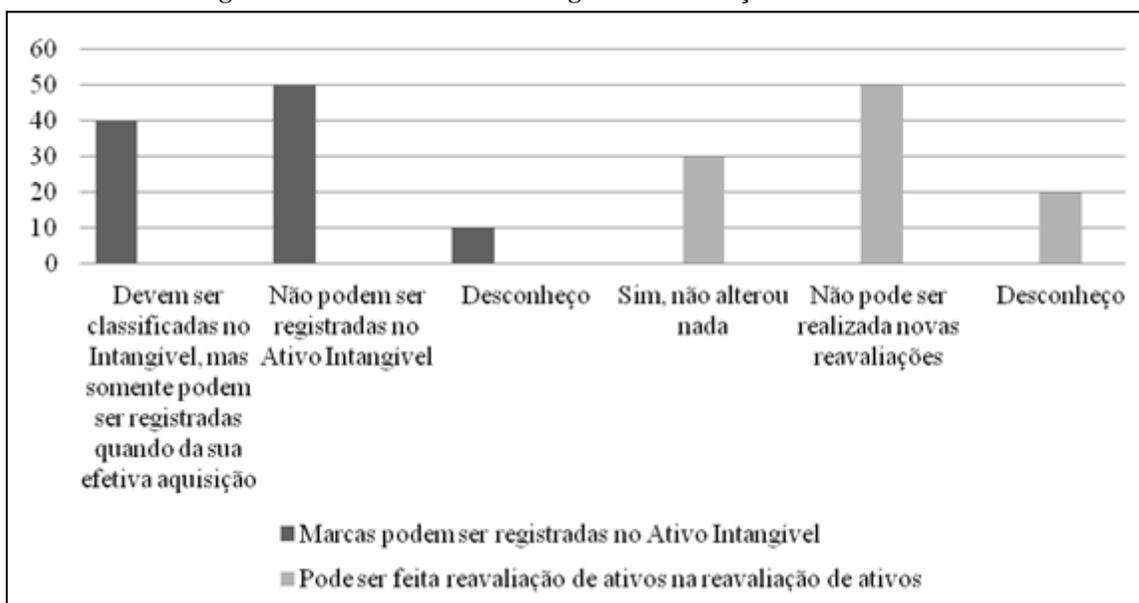
**Gráfico 3- Mudanças na Conta do Ativo**



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Com relação ao questionamento se as marcas podem ser registradas no Ativo Intangível, obteve-se um pequeno número de acerto, apenas 40% respondeu corretamente, isto é, que as marcas devem ser classificadas no Intangível, mas somente podem ser registradas quando de sua efetiva aquisição, ou pelo seu valor de custo de criação. Com relação à pergunta se poderia ser feita novas reavaliações na reavaliação de ativos, também foi obtido um pequeno número de acerto, apenas 30% respondeu corretamente, isto é, que a partir de 2008 não é mais permitidos fazer qualquer tipo de reavaliação.

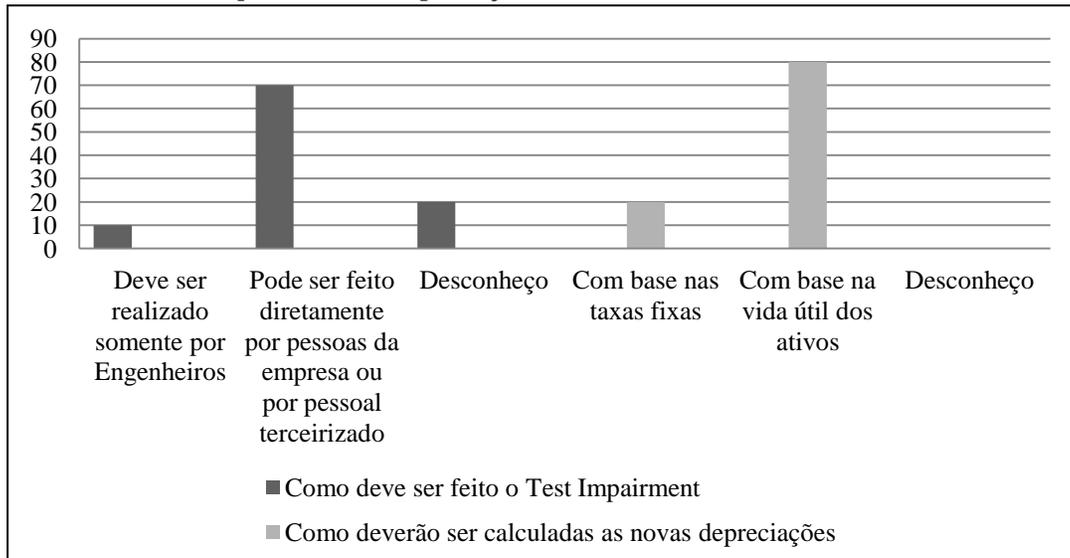
**Gráfico 4- Registro de Marcas no Ativo Intangível e Reavaliação de Ativos.**



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Quanto ao Teste *Impairment*, foi perguntado aos profissionais contábeis se esse teste deve ser realizado com bases em laudos de engenheiros ou se pode ser feito diretamente por pessoal interno da empresa. Contatou-se que 70% dos entrevistados responderam que o Teste *Impairment* pode ser feito diretamente por pessoas da empresa ou ainda por pessoal terceirizado. Quando se perguntou como deverão ser calculadas as novas depreciações, 80% respondeu que deve ser feita com base na vida útil dos ativos.

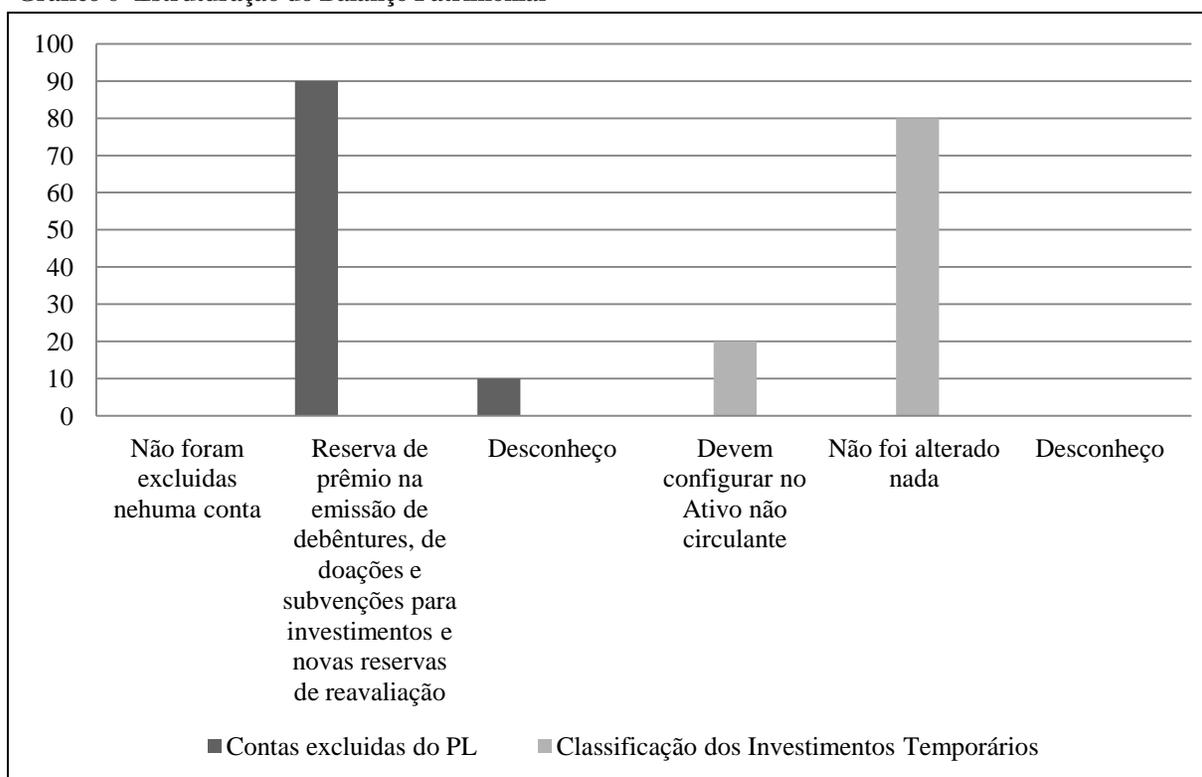
**Gráfico 5- O Test *Impairment* e as Depreciações**



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Com relação à estruturação do balanço patrimonial, foi perguntado aos profissionais quais foram as contas excluídas do patrimônio líquido, e 90% respondeu que foram excluídas as contas de reserva de prêmio na emissão de debêntures, de doações e subvenções para investimentos e novas reservas de reavaliação. Também foi perguntado como devem ser classificados os Investimentos Temporários, e 80% respondeu que não foi alterado nada em relação e classificação dos Investimentos Temporários.

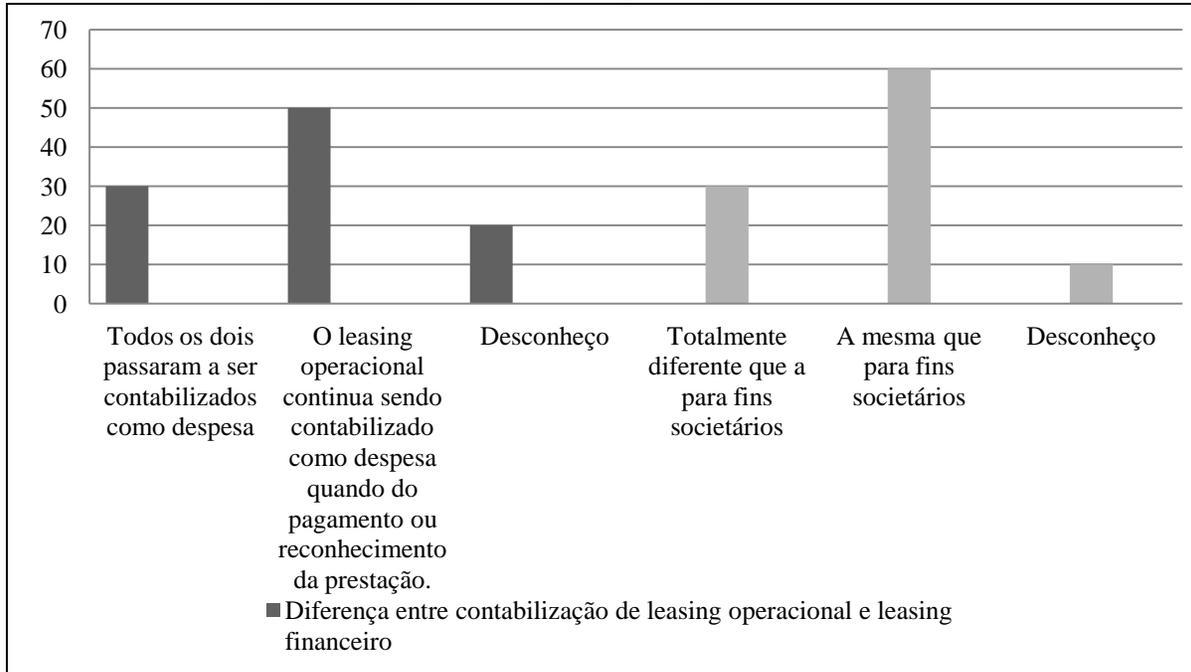
Gráfico 6- Estruturação do Balanço Patrimonial



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Foi perguntado ainda aos entrevistados se há diferença entre a contabilização de *leasing* operacional e *leasing* financeiro, e 50% respondeu que o *leasing* operacional continua sendo contabilizado como despesa quando do pagamento ou reconhecimento da prestação. Quanto à classificação do passivo para fins fiscais, 60% respondeu que a classificação do passivo para fins fiscais continua a mesma para fins societários.

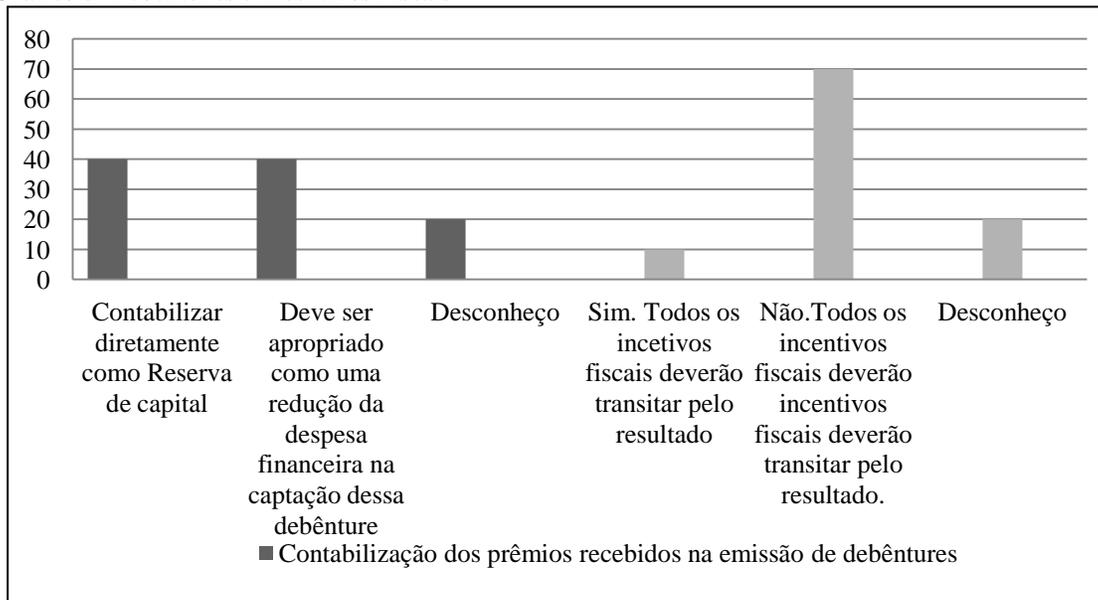
**Gráfico 7- Contabilização de *leasing* e Classificação do passivo para fins fiscais**



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Dando sequência ao propósito da pesquisa, foi perguntado como fica o critério de contabilização dos prêmios recebidos nas emissões de debêntures, e 40% respondeu que deve ser apropriado como uma redução da despesa financeira na captação dessa debênture. Posteriormente, foi perguntado se existe algum incentivo fiscal que poderá ser contabilizado diretamente na conta de reserva, e 70% respondeu que não, que todos os incentivos fiscais deverão transitar pelo resultado.

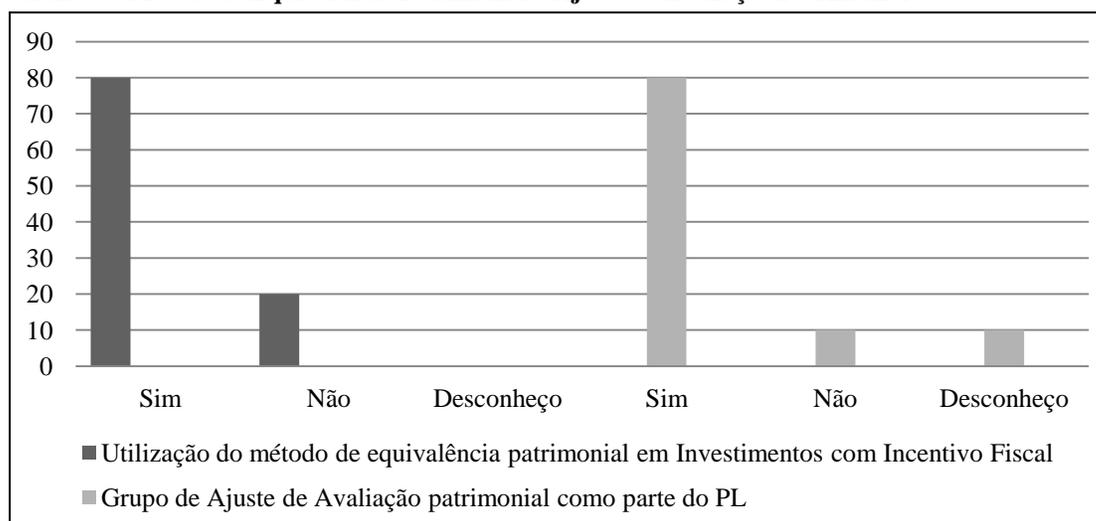
**Gráfico 8- Debêntures e Incentivos Fiscais**



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Foi também questionado aos entrevistados se é possível utilizar o método de equivalência patrimonial em Investimentos com Incentivo Fiscal, e 80% respondeu que sim que é possível. Também foi indagado se o grupo Ajustes de Avaliação Patrimonial faz parte do patrimônio líquido, e 80% respondeu que sim.

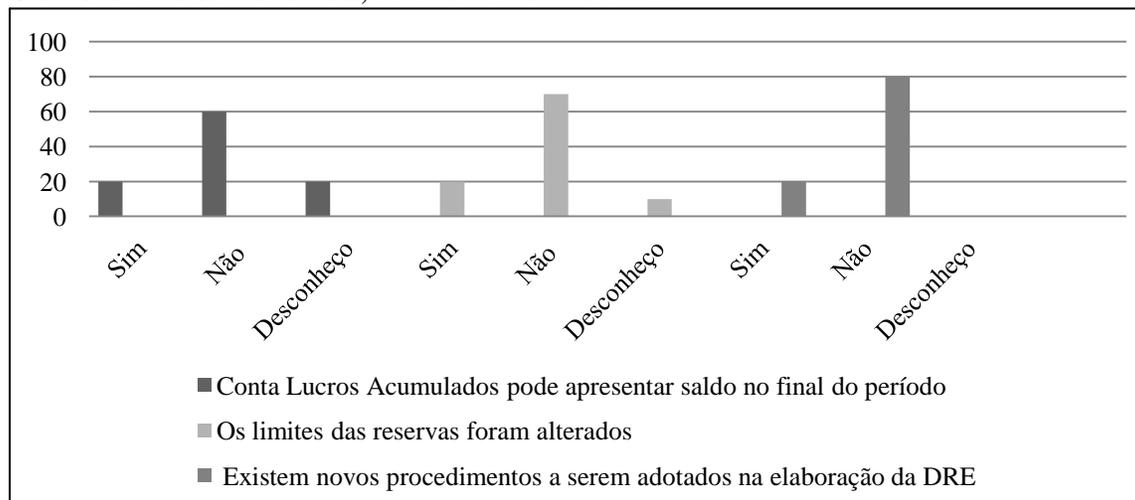
**Gráfico 9- Método de Equivalência Patrimonial e Ajuste de Avaliação Patrimonial**



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Foi perguntado aos entrevistados se a conta de Lucros Acumulados pode apresentar saldo no final do período, e 60% respondeu que não. Posteriormente, foi perguntado se os limites das reservas foram alterados e se existem novos procedimentos a serem adotados na elaboração da DRE, e 70% e 80% responderam que não, respectivamente.

**Gráfico 10- Lucros Acumulados, Limites de Reservas e DRE.**

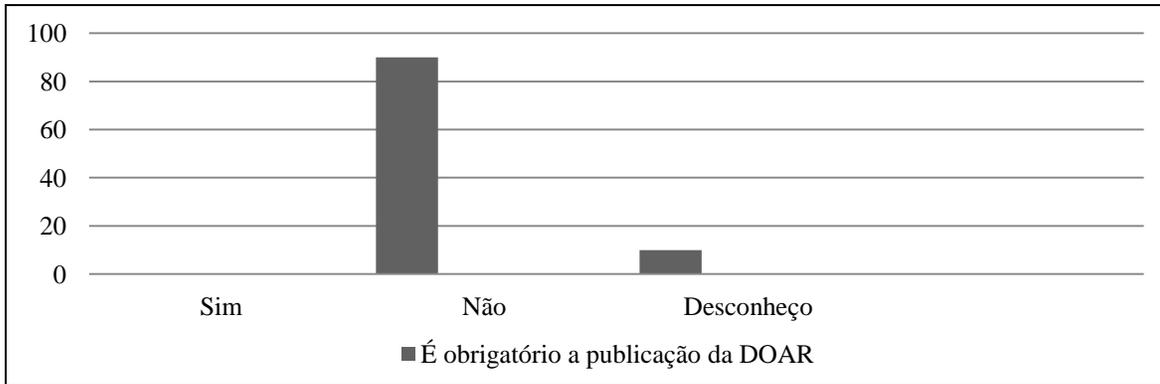


Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Por ultimo, foi perguntado aos entrevistados se a DOAR não tem mais publicação obrigatória, e 90% respondeu corretamente que não, que a DOAR não é mais obrigatória. A maioria dos profissionais

em diálogo referente ao questionário revelou que ainda precisa ser feito um estudo maior com relação às mudanças referentes à implantação da IFRS.

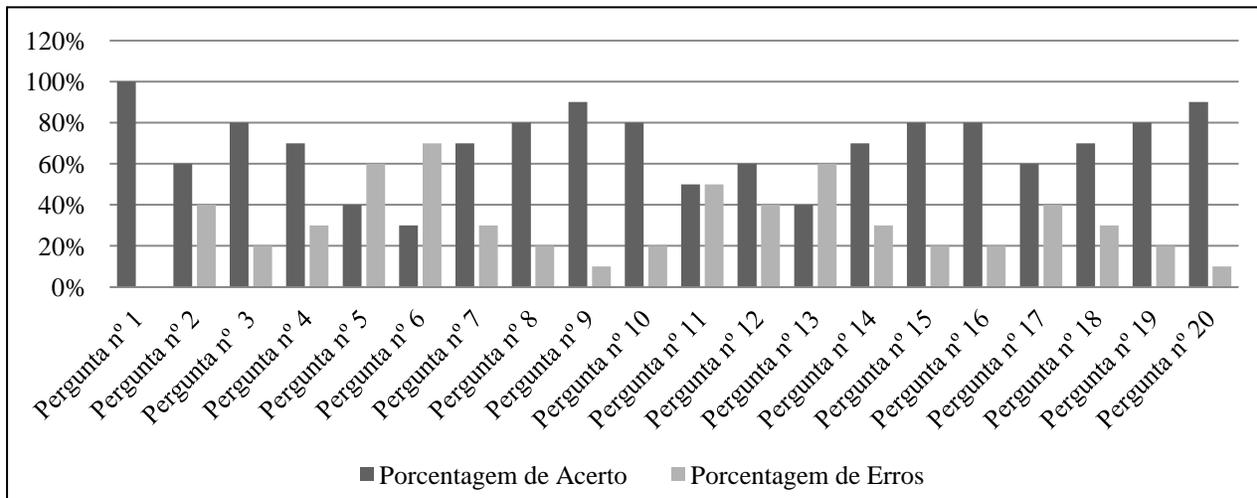
**Gráfico 11- Publicação da DOAR**



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Contatou-se pelas respostas dos entrevistados que o número de acertos é muito maior que o número de erros, somente as perguntas 5 e 6 obtiveram um número maior de erros. Portanto, pode-se dizer que os contadores em São João del-Rei possuem uma percepção considerada boa em relação a IFRS e estão preparados para atuar nas áreas pertencentes a controladoria, tendo a função de apoiar a avaliação de resultado e atender aos agentes do mercado. O gráfico abaixo apresenta em percentuais todas as respostas referentes às respostas dos entrevistados.

**Gráfico 12- Porcentagem de Erros e Acertos referente à aplicação do questionário de Percepção dos Contadores a IFRS.**



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tratou como tema a percepção dos profissionais de contabilidade sobre a nova contabilidade e o impacto dessa na controladoria. Para tanto, questão e objetivo de pesquisa foram

estabelecidos com o propósito de nortear o estudo.

O presente trabalho propôs investigar a realidade da percepção dos contadores na cidade de São João del-rei em relação a nova contabilidade com as mudanças advindas da IFRS e o impacto dessa na controladoria. Entende-se que este objetivo foi atingido, uma vez que se conseguiu, por meio de entrevistas pessoais, coletar dados sobre essa percepção de 30 profissionais contábeis em São João del-Rei.

Nesse contexto, os resultados da pesquisa mostram que com relação ao questionário aplicado aos profissionais da contabilidade, das vinte questões formuladas, a maioria das questões obteve mais que 60% de acertos com relação às mudanças referentes à nova contabilidade e apenas uma minoria das questões obteve menos que 60% de acerto. Podemos relacionar essa pequena porcentagem de acertos, referente à falta de um aprofundamento maior das mudanças ocorridas com a nova contabilidade, o que necessariamente precisaria ser feito um estudo maior com relação a essas mudanças.

As questões que obtiveram uma porcentagem de acerto menor que 60% foram às perguntas que tinham como questão: o registro das marcas no Ativo Intangível, onde com a implementação da IFRS, as marcas devem ser classificadas no Intangível, mas somente podem ser registradas quando de sua efetiva aquisição ou pelo seu valor de custo de criação; a questão que fala sobre a realização de novas reavaliações de ativos que a partir de 2008 não é mais permitidos fazer qualquer tipo de reavaliação; a questão do *leasing* operacional e *leasing* financeiro que não mudou nada e continua sendo contabilizado como despesa quando do pagamento ou reconhecimento da prestação; e por ultimo, a questão de como fica o critério de contabilização dos prêmios recebidos nas emissões de debêntures que deve ser apropriado como uma redução da despesa financeira na captação dessa debênture.

Nesse contexto, podemos verificar que haverá sim um impacto dessas mudanças na controladoria, visto que a nova contabilidade tem a responsabilidade e necessidade de evidenciar suas demonstrações contábeis e conversões financeiras de forma clara e objetiva para o entendimento, compreensão e confiabilidade maior das informações, mostrando assim a realidade empresarial aos usuários e gestores que possam através destas ter uma visão mais ampla para as tomadas de decisão. Com a nova contabilidade, a controladoria passará a ter uma visão maior para construção e manutenção de Sistemas de Informações e Modelo de Gestão Econômica, que supram adequadamente as necessidades informativas dos Gestores e os induzam o processo de gestão, quando requerido, a tomarem decisões ótimas. A controladoria estará mais voltada para modelar a correta mensuração da riqueza (patrimônio dos agentes econômicos), a estruturação do modelo de gestão, relacionada com os aspectos econômicos da entidade.

Porem, apesar de esse estudo mostrar que o nível dos contadores da cidade de São João del-rei é bom, ainda nota-se uma dificuldade na capacitação desses profissionais, o que se compreende é que a contabilidade brasileira foi utilizada mais para atender o Fisco do que o empresário como prega as normas da IFRS, assim, cabe ao contador ter um estudo contínuo sobre o tema, treinamentos e leitura sobre o assunto, reuniões com seus clientes sobre o tema da IFRS, divulgações para esses clientes da importância de utilização das ferramentas gerenciais e estratégicas na melhoria do seu negocio, tais como: Fluxos de caixa, Orçamentos, Índice Econômico-Financeiro, Margem de contribuição, Ponto de equilíbrio, *Balanced Scorecard*, etc.

O estudo suscita ainda algumas reflexões em relação ao estudo maior sobre esse impacto da controladoria em relação à IFRS e as oportunidades que a IFRS traz aos profissionais da contabilidade. A realização de futuras pesquisas sobre o tema poderá contribuir com essas discussões.

## 6. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lauro Brito; PARISI, Cláudio e PEREIRA, Carlos Alberto. Controladoria. In: CATELLI, Armando (Coord.). **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica – GECON**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- ANTUNES, Maria Thereza Pomba; GRECCO, Marta Cristina Pelucio; FORMIGONI, Henrique e MENDONÇA NETO, Octavio Ribeiro. **A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil**. Revista de Economia e Relações Internacionais. Vol. 10 p.5-19; São Paulo: Fundação Armando Alvares Penteado, jan. 2012.
- BRASIL. **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm)>. Acesso em: 26 ago. 2008.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em 15 Jan. 2013.
- CATELLI, Armando. **Controladoria: Uma abordagem da gestão econômica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- CATELLI, Armando; DORNELLES, João Ademir. **Controladoria Sob o enfoque GECON- gestão econômica: A experiência da Caixa Econômica Federal do Brasil**. Revista de Contabilidade CRC-SP, p. 45-51, 1997.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1055**. Brasília: CFC, 2005.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas: Normas Brasileiras de Contabilidade NBCT. 19.41**. 1. ed. Brasília: CFC, 2010.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **A busca da convergência da contabilidade aos padrões internacionais: programa de trabalho –2008 a 2010**. [2008]. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/CPCplano%20de%20convergência%20%20junho2008.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2013.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas**. 2009. Disponível em: <[http://cpc.org.br/pdf/CPC\\_PMEeFGlossario\\_R1.pdf](http://cpc.org.br/pdf/CPC_PMEeFGlossario_R1.pdf)>. Acesso em: 15 de Jun. de 2013.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD- **IRFS-1- First- Time Adoption of International Financial Reporting Standards**. 2003.
- MALHOTRA, Naresh K. (2011). **Pesquisa de Marketing: uma orientação Aplicada**. Trad. Nivaldo Moningelli Jr. E Alfredo Alves de Faria. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre; Bookman, 2001.